

Pauta: Comunidade do bairro Costa Gama

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): (14h15min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH. Bom dia a todos. Estão presentes o Ver. Conselheiro Marcelo, que está conosco *on-line* aqui; o Ver. Cassiá Carpes, o Ver. Pedro Ruas e este vereador presidindo a reunião. Como vocês sabem, nós suspendemos a reunião daquele dia e marcamos para a data de hoje. Pessoalmente, convidei os nossos secretários e os respectivos representantes dos órgãos. Eu vou convidar para compor a Mesa: o representante da PGM; a Simone, do DEMHAB; representante do DMAE; representante da SMOI; representante da SMSUrb; o representante da EPTC; o representante do Ministério Público; quando chegar o representante do gabinete do prefeito, peço que sente aqui. Esta Mesa está qualificada. Vamos chamar também algum representante da própria Costa Gama, senta aqui conosco para nos prestigiar.

Antes de iniciar os trabalhos específicos aqui sobre a questão da Costa Gama, eu recebi um documento da própria comissão, que é de um outro assunto, mas farei a leitura aqui originária: “OFÍCIO nº 20308 – INCRA. Ao Senhor HAMILTON SOSSMEIER, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre. Assunto: Comunicação sobre elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Território Quilombola. Senhor Presidente da Câmara, O SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTO DO INCRA do Rio Grande do Sul, VITOR PY MACHADO, CPF: 966.156.567.87, no uso das atribuições, designado pela Portaria/INCRA nº 70, publicada no DOU de 18 de janeiro de 2023, ainda de acordo com Art. 23 da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto nº11.232, de 10/10/2022, combinado com o art. 112 do Regimento interno do INCRA, aprovado pela Portaria nº 2.541, de 28/12/2022, publicada no DOU de 30/12/2022, vem por meio deste informar que: Considerando o disposto nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal; o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, a Convenção Internacional nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT; o Decreto 4.887/03 e a

Instrução Normativa INCRA Nº 57/09, que tratam da política de desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais e dos procedimentos administrativos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos; Considerando a Certificação da Fundação Cultural Palmares, processo administrativo nº 01420.100637/2021-50, conforme Livro de Cadastro Geral nº 20, Registro nº 2930, fl.53. Considerando a formalização do Processo Administrativo INCRA/RS Nº 54000,072802/2021-83 de interesse da Comunidade Remanescente de Quilombo Vila Kédi, localizada no Município de Porto Alegre/RS; RESOLVE Comunicar, em atendimento ao disposto no Art. 10, do INCRA, o Município de Porto Alegre, que estão em andamento os trabalhos de campo para a elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID. O RTID do Território Quilombola Família Flores abordará informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas, etnográficas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, cujo edital, a ser publicado no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado do RS, conterá as seguintes informações: I – denominação do imóvel ocupado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos; II – circunscrição judiciária ou administrativa em que está situado o imóvel; III – limites, confrontações e dimensão constantes do memorial descritivo das terras a serem tituladas; e IV – títulos, registros e matrículas eventualmente incidentes sobre as terras consideradas suscetíveis de reconhecimento e demarcação. Após a publicação do Edital do RTID, os ocupantes e confinantes; detentores de domínio ou não, identificados no território pleiteado, serão notificados para se desejarem, num prazo de 90 (noventa) dias, se manifestarem por meio de contestação. Maiores esclarecimentos e informações podem ser obtidos junto ao Serviço de Regularização Quilombola da Superintendência Regional do INCRA, cujo endereço é: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/RS; Av. Loureiro da Silva, 515, Centro, Porto Alegre. Atenciosamente, Vitor Py Machado, Superintendente Substituto do INCRA.”

Então fiz essa leitura para ficar registrada aqui, em resposta a outra reunião que fizemos com o tema a respeito do Quilombola. Então, a comissão tomou conhecimento do documento, o qual vamos passar ao presidente desta comissão.

Vamos iniciar esta reunião da CEDECONDH, com a pauta sobre a comunidade do Bairro Costa Gama. Vou passar a palavra ao Ver. Cassiá Carpes.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Eu acho que o pessoal da Costa Gama já sabe do que se trata, porque a reunião anterior foi suspensa para providenciar aos órgãos competentes sobre as ações e demandas da comunidade, e hoje estão aqui todos os órgãos. É uma demanda feita pelo nosso Ver. Alexandre Bobadra, conseqüentemente, hoje temos um quórum qualificado para decidir as questões da comunidade daquela região. Então, o Ver. Alexandre Bobadra, como proponente, vai comandar a reunião, para que nós possamos chegar aqui a um contendo e, automaticamente, propiciar e beneficiar a própria comunidade, que é interessado nessas demandas para melhoras da sua região. Um abraço a todos e boa reunião.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Só para reforçar aqui em relação ao nosso quórum: Ver. Cassiá Carpes, Ver. Alexandre Bobadra, Ver. Pedro Ruas e o Ver. Conselheiro Marcelo, que está *on-line*. Antes de começar, quero agradecer a presença do secretário de Obras, André Flores, que nos prestigia, conversei com ele por telefone ontem; conversei com secretário André Machado; conversei também com o diretor do DMAE, fiz bastante contatos. Eu falei com o Roberto, procurador-geral do Município, para a gente ter um quórum qualificado e importante hoje para resolver ou amenizar a situação dos nossos amigos da Costa Gama. Antes de passar aos órgãos do Poder Executivo, quero passar aqui para o representante da comunidade do Costa Gama para fazer breves comentários, qual é a sua expectativa com relação a nossa reunião de hoje.

SR. JADER PORTO: Boa tarde a todos, eu represento a comunidade Costa da Gama, já tivemos aqui há uns 10 dias, o corpo do pessoal da Prefeitura não estava junto. E a expectativa aqui hoje é que a gente consiga o rebaixamento da Omar Pereira, pelo menos alguma coisa, e o paliativo que foi acordado com o prefeito Melo, na reunião que foi feita dia 23 do mês passado, se não me engano, tem alguns secretários que estavam lá. E a expectativa é esta: que a gente consiga resolver esses paliativos e mais a questão do rebaixamento – isso é muito importante.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Vou passar a palavra ao secretário André Flores, que é o nosso secretário de Obras, que conhece bem Porto Alegre, conhece bem a situação do local.

SR. ANDRÉ FLORES: Obrigado, Ver. Bobadra, pela gentil referência elogiosa. Ver. Conselheiro Marcelo, que está *on-line*, Ver. Alexandre Bobadra, Ver. Cassiá Carpes, demais vereadores e demais presentes, pessoal da comunidade, nós tivemos lá na comunidade e, realmente, as imagens demonstram, há o problema da drenagem, como fica mais alto que o nível da rua, a água volta para dentro do loteamento. Ali, para que a Secretaria de Obras possa fazer e executar os projetos nesse trecho do lado de cá, é preciso que esteja concluída, eu até liguei hoje de manhã para o secretário André Machado, que me falou que a secretaria Simone viria, é preciso que esteja concluída ali a [Reurb](#), a regularização fundiária. Porque é claro que, de fato, ali já é uma rua, mas nós precisamos formalizar isso, para que a gente não esteja invadindo um terreno privado, com o serviço público. Então, o serviço público pode ser prestado, mas a Secretaria de Obras, para poder fazer a intervenção, e quando nós estivemos lá – foi bem no início deste ou no final do ano passado? –, no final do ano passado, me diziam que já estava em vias de ser concluída, mas ainda, pelo que me explicou o secretário André Machado, a secretária Simone pode explicar melhor, ainda não foi possível concluir essa Reurb. Foi contratada inclusive uma empresa, que tu me explicavas da outra vez. Então, quando isso estiver pronto, aí nós

podemos fazer. Antes disso, nós não podemos. Até mesmo para destinar emendas, por exemplo, para fazer esses projetos e posterior execução, precisaria estar concluída essa etapa, que não está concluída. Então, nós, infelizmente, não podemos agir ainda nesse aspecto de soluções mais definitivas, que seriam as obras, enquanto não estiver concluído esse processo de Reurb, porque nós não podemos fazer dentro de área privada. Era isso. Obrigado.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, secretário André Flores. O Sr. Jader Porto, representando o pessoal da Costa Gama, está com a palavra.

SR. JADER PORTO: Inclusive eu estou com pessoal que está fazendo a regularização fundiária, eles vieram aqui, se eles puderem ter a palavra... Até onde eu sei, eu estou acompanhando a Reurb do local, está 80% pronta. Inclusive amanhã, não sei se a secretária Simone está sabendo que amanhã nós vamos receber o pessoal lá para fazer mais uma vistoria. O que acontece? Na minha concepção, o projeto urbanístico já está pronto, eu não vejo razão para não poder fazer um rebaixamento e um paliativo na comunidade, ali, em alguns trechos já com 80% da Reurb pronta. Se puder passar a palavra para a Débora, se ela puder falar aqui...

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Pode ser...

SR. ANDRÉ FLORES: Vereador, só para deixar claro, eu falo das obras. Não impedem os serviços aí, nem o DMAE, a própria Equatorial que liga a luz e tal. Eu falo do projeto de obra, isso que nós não podemos fazer ainda, a solução definitiva, que é diferente do paliativo.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Registro a presença do Ver. Alvoni Medina. A Sra. Débora está com a palavra.

SRA. DÉBORA FRANCELE RODRIGUES DA SILVA: Boa tarde a todos os presentes, sou Débora Francele, arquiteta e urbanista, gerente de projetos do grupo ReUrbane e responsável técnica do projeto de regularização fundiária do Loteamento Costa Gama. Então, desde da última reunião que teve no gabinete do prefeito, foi-nos solicitada por alguns departamentos, já foi disponibilizada para o DMAE, a topografia planialtimétrica do loteamento, onde tem todos os níveis e os limites dos lotes. No projeto urbanístico, o qual está em fase de conclusão, agora com a Comissão de Regularização Fundiária do Município, nós temos todos os perfis viários projetados para essa área. Então, a gente, recebendo essa aprovação do urbanístico da CTARF, todos os projetos e documentos técnicos do loteamento estão disponíveis no processo, para que as secretarias já possam se apossar e talvez já irem desenvolvendo esses projetos, para os quais será necessário buscar as demandas, então a gente está aí, a ReUrbane, disponível. E para qualquer outra informação que tenha que ter levantada a campo, que seja de necessidade para as secretarias, podem contar com a equipe técnica da ReUrbane.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): A secretária Simone, então, está com a palavra.

SRA. SIMONE SOMENSI: Boa tarde. Quero, em nome do Jader, cumprimentar, em primeiro lugar, todos os moradores da Costa Gama. Tudo bom, pessoal? E, no nome do Ver. Bobadra, que preside esta comissão, cumprimentar todos os vereadores da Casa, Ver. Medina, Ver. Cassiá, Ver. Pedro Ruas. No nome da arquiteta Débora, saúdo todos os técnicos que estão presentes. E saudando o secretário André Flores, da Secretaria de Obras e Infraestrutura, saúdo todos os meus colegas secretários. Pessoal, o nosso processo de regularização da Costa Gama, de fato, está bem demorado. A demora se dá por diversos fatores, mas eu quero dizer para vocês que o principal fator de demora, nesse caso, foi a necessidade de realizar três vezes a topografia do local. Estou errada, Débora? O que aconteceu, gente? A gente ia para a análise do projeto, e a planta dos

lotes, que estava lá para examinarmos, estava diferente do que estava lá no local. Isso aconteceu por três vezes. Quando a gente fala que na regularização a gente precisa de uma área consolidada para regularizar, é disso que a gente está falando, a gente precisa que a área esteja estabilizada, para que aquilo que esteja no projeto que a gente vai carimbar e aprovar esteja igual à realidade. Porque senão vai ficar faltando casa, vai ficar faltando lote e o projeto não vai contemplar todos os moradores que lá estão. Esse foi o problema que aconteceu no Costa Gama. E vocês sabem que lá está chegando gente, uma casa nova está sendo construída, e foi assim nos últimos dez anos. Hoje tem muito mais lotes lá do que havia há dez anos. Estou certa ou errada? Então, é isso, gente! Foi isso que acabou prejudicando o processo de vocês. Porque quando a gente ia para botar o carimbo, ia olhar a planta, estava diferente do que estava lá no local; havia mais lotes, surgiram lotes. Agora, a gente está na fase final da aprovação. Em função de todas essas mudanças que aconteceram, a comissão técnica resolveu fazer mais uma visita no local para verificar se, de fato, a planta que a gente tem lá está contemplando todos os lotes e não vai deixar ninguém de fora, então o pessoal vai amanhã lá visitar vocês, vai fazer uma vistoria lá no loteamento. Não somos nós gestores; são os nossos técnicos, são os arquitetos, os engenheiros que vão lá conhecer a área de vocês e fazer essa verificação *in loco*. Estando tudo *o.k.*, o projeto vai ser aprovado na próxima reunião da comissão, na semana seguinte. Então, a nossa expectativa, secretário André, é que isso esteja resolvido em brevíssimo tempo; dentro deste mês de maio ainda teremos o projeto urbanístico aprovado. Isso termina com o processo? Não. A gente aprova projeto de regularização, depois temos que ir para as fases seguintes, que é a fase de recolhimento dos documentos dos moradores, é a fase de análise do seu direito e as obras complementares; que é o que vocês estão solicitando aqui. O nosso trabalho de Reurb vai seguir, independente das obras. A gente vai tocar lá todo o trabalho que a gente chama de burocrático, aquele trabalho de organizar a papelada, de organizar todas as partes de plantas, que é o que vai para o registro de imóveis e vai permitir a titulação em nome de cada morador. Certo? Então, quero deixar isso bem colocado para

vocês, nós estamos com essas análises bem adiantadas, de fato; vamos aprovar a planta do projeto, e isso não encerra toda a regularização, toda a Reurb, mas nós vamos dar um passo importante nesse processo, que é a aprovação do projeto. Está joia? Acho que é isso, vereador.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado, secretária Simone.

O Sr. Dilton Martins, da SMSUrb, está com a palavra.

O SR. DILTON MARTINS: Boa tarde a todos, vereadores, comunidade. Como o secretário André falou anteriormente, os serviços ficam muito amarrados sem a regularização fundiária dos locais, mas isso não impede que a gente acesse lá e faço o serviço – não é, Jader? Conversei com o secretário Márcio antes de vir para cá, ali na região a gente precisa fazer, como tu falaste, o rebaixamento.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DILTON MARTINS: Precisa para a gente botar, por exemplo, algum serviço de melhoria. Primeiro, drenagem, porque às vezes não tem, então, para escoar as águas da chuva, a gente coloca um material mais consolidado, um asfalto, por exemplo, isso vai terminar, primeiro, indo para as casas e dando um problema maior. Mas enquanto não existe essa regularização, a gente não tem como fazer isso, a gente vai fazendo serviços paliativos, que é o patrolamento e colocação de outro tipo de material. Ali na região, como tu falaste anteriormente, com o depósito de material que foi colocado, fica aumentando a via e causa, às vezes, algum problema na via, como a gente viu nas imagens...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DILTON MARTINS: Isso...

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Pessoal, tudo isso aqui está sendo registrado em ata, documento oficial, então, sempre que forem falar se identifiquem novamente e falem no microfone porque está sendo gravado.

O SR. DILTON MARTINS: Então, voltando, Jader. Onde não existe uma rede de esgoto pluvial acontece isso, o problema fica muito agravado. A gente vai procurar fazer uma avaliação agora para fazer inicialmente o rebaixamento, tirar o que já existe lá na via para rebaixar ali, e depois colocar o saibro, que é o material adequado para esse local nesse momento.

SR. JADER PORTO: Isso não é o que foi acertado com o secretário há 10 dias. Inclusive eu tive algumas reuniões com o pessoal do DMAE pelo Ministério Público, e, pelo Ministério Público, o DMAE sempre se prontificou a fazer o rebaixamento da via, desde que a SMSUrb fizesse a parte deles. E isso foi uma coisa que eu nunca consegui, montar uma parceria com SMSUrb. A SMSUrb sempre foi uma secretaria muito distante da Omar Pereira – eu estou falando distante, distante mesmo, de a gente marcar uma reunião com o secretário, e o secretário não ir. O próprio vereador pediu um rebaixamento da via por telefone, toda a comunidade ouviu isso, o secretário prometeu e não aconteceu. Então isso é algo que... e o secretário prometeu, não é algo que diga assim: “Eu não vou fazer porque não pode”, não, ele prometeu, disse: “Eu vou fazer”. Então, a gente não tem uma relação legal com a SMSUrb, nenhuma, tanto é que a máquina passou a semana passada, se alguém quiser me corrigir, a máquina passou, semana passada, na Erceu Farina, que é vizinha a Omar Pereira, e não passou na Omar Pereira, que estava cheia de buracos, onde moram três cadeirantes, é isso que me deixa muito triste. Gente, a SMSUrb deve para a gente aí, e eu não vou aceitar que a SMSUrb chegue aqui agora e fale que vai me prometer só máquina, não resolve o problema.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Registro a presença do Ver. Alex Fraga.

SRA. SIMONE SOMENSI: Eu só queria fazer um esclarecimento, Jader, para ti e para toda a comunidade, que eu acho que é bem importante a gente colocar a responsabilidade onde ela tem que ser colocado. Crime, Jader, é vender lote clandestino e enganar a população de que vão receber todos os serviços e não recebem nada. Loteamento clandestino é crime, tipificado na lei do parcelamento do solo. E o que aconteceu lá na Omar Pereira foi exatamente isso, vocês foram enganados pelo proprietário da área que vendeu lotes para vocês sem nada – sem nada! –, e a Prefeitura está ajudando, a Prefeitura está vindo, assumindo responsabilidade do loteador faltoso. Há um processo judicial quanto ao loteador faltoso, que está dando em nada porque se escafedeu, mas a Prefeitura não vai se escafeder, a Prefeitura está tentando ajudar. A gente tem inúmeras dificuldades para isso e tem todo o respeito para todas as áreas comunitárias e para todos os moradores desses locais, porque vocês precisam, sim, da nossa atenção e do nosso serviço para poder resolver esse problema, que foi criado não por vocês nem por nós, mas por uma falta de respeito de quem vendeu os lotes para vocês. Então, a gente está aqui tentando ajudar, certo? Mas a gente tem muita dificuldade nisso por conta desse processo inverso que aconteceu. O processo foi inverso: primeiro, as pessoas chegaram para morar, e agora a gente está entrando com os serviços, isso dificulta sobremaneira nosso trabalho. Então é isso que a gente está colocando, mas o pessoal agora, em termos técnicos, vai poder decifrar isso melhor para vocês.

SR. JADER PORTO: Só um pouquinho, rapidinho. Qual é a idade do primeiro morador que morou na Costa Gama? Qual foi o primeiro morador que chegou lá? Quantos anos tem de casa esse morador? Quantos anos tem de casa o morador mais velho? Quantos anos tem a dona Ieda? Trinta anos. Simone, 30 anos, e a Prefeitura não conseguiu fiscalizar uma invasão dessas... dessa concepção, Simone? Simone, 30 anos, e a Prefeitura não conseguiu controlar isso, com 30 anos, Simone, explica isso. Com 30 anos, a Prefeitura não conseguiu fazer o controle dessa população. Sabe quantos lotes tem ali?

Trezentos e cinquenta e cinco, há 30 anos, e a Prefeitura não conseguiu então. É uma justificativa meio estranha.

Outra coisa, não é crime, então, os cadeirantes no esgoto... Vamos lá, eu sei que tu és advogada, e eu não sou ninguém, mas aqui cadeirantes no esgoto. A gente resgatou uma cadeirante que estava se afogando, mora sozinha, isso não é crime então.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Jader, deixa só eu ajudar um pouquinho. Acho que todo mundo quer chegar num ponto comum. Essa tua fala foi boa, vamos avançar, acho que a Prefeitura vai ajudar. A Simone trouxe uma questão técnica importante para registrar, vamos lá. Alguém mais da Costa Gama gostaria de se manifestar? Vamos dar a palavra para a comunidade se manifestar e não ficar somente o Jader.

SR. RUBEM PACHECO: É exatamente aquilo ali que eu estava dizendo para ela.

PRESIDENTE ALEXANDRA BOBADRA (PL): Mora há quantos anos lá?

SR. RUBEM PACHECO: Há 21 anos. O que eu queria dizer era exatamente o que ela estava falando, eu ia falar no tempo. Se alguém vendeu lá e não podia vender, não cabe a nós, não somos culpados. E faz mais de 20 anos que nós estamos nessa brincadeira. Era exatamente isso que eu queria falar. Se alguém quiser falar mais alguma outra coisa...

PRESIDENTE ALEXANDRA BOBADRA (PL): Fale mais alguém da comunidade e se identifique para ficar registrado.

SR. KLEBER FABRÍCIO DOS SANTOS ALVES: Kleber, da Omar Pereira. Isso que estão falando da regulação fundiária... Eu não sei falar muito bem, fui motorista da SMOV, de asfalto, e muitos lugares em que eu fui com o meu

caminhão lá para fazer o asfaltamento, por exemplo, Morro da Cruz, lugar em que passava só um carrinho de mão, eu duvido que eles tenham a regularização. Duvido muito. Em vários lugares em que a gente foi, Vila Pinto, não tinham regularização. Acredito que..., não vou dizer falta de vontade, mas o nosso loteamento é muito pequeno. Se fosse um loteamento maior, com certeza, já teriam feito. Isso é a pura verdade. Vários lugares. Se vocês forem no Salso, lá embaixo, eles têm regularização? Não têm, e tem asfalto. Então, eu acho que isso é apenas um pretexto porque o nosso loteamento é pequeno, a maioria das pessoas trabalha, por isso que nem todo mundo pôde vir aqui, só tem trabalhador lá. Se botar mais vontade de olhar pela comunidade, conseguem. Se sair e dar uma volta em Porto Alegre, nas vilas, conseguem. A orla aqui é linda. Por que a orla é linda? Porque tem burguesia e lá esquecem de nós dentro d'água. Não, errado! Nós pagamos impostos também. Todo mundo paga impostos. Eu cansei de não poder sair para trabalhar, não levar a minha filha para a escola, porque eu não conseguia sair de dentro d'água – dentro d'água! Eu moro na Pereira 132, convido vocês num dia de chuva, se vocês quiserem passar lá num dia de chuva. Aí eu quero ver vocês saírem. Aposto que vocês não vão querer nem entrar com o carro de vocês lá. A entrada da rua está impossível! O que a gente gasta com suspensão de carro... E acredito, vou ser bem sincero, a Prefeitura gasta muito mais com esses paliativos que fazem, botando dez caminhões lá, três pessoas sentados se olhando e uma máquina passando, do que ir lá e resolver o problema. É muito mais gasto para a Prefeitura, em vez de pegar e resolver, só estão empurrando com a barriga. Obrigado.

PRESIDENTE ALEXANDRA BOBADRA (PL): Mais alguém da comunidade quer falar? A gente quer ouvir vocês aqui, audiência é para isso.

SR. CARLOS RITZEL: Meu nome é Carlos. Só corrigir o Jader. Não é invasão, nós não invadimos. Nós compramos. Eu tenho contrato registrado em cartório, com todas as testemunhas. É só isso. Eu moro há 12 ou 13 anos lá, nos primeiros anos em que comprei o carro, eu trabalho no táxi da Rodoviária, eu tinha que

pagar estacionamento para não botar o carro na rua, porque eu não tinha condições de entrar na rua, por causa da água, alagamento e os buracos. Obrigado.

SRA. JURACI SANTOS: Sobre a limpeza, dos cortes de grama da calçada, dias atrás, foi um ônibus de gente lá para os fundos e ficaram lá, à tardinha entraram no ônibus e foram embora, e ficou tudo do mesmo jeito, a sujeira ficou toda. Não sei o que eles estavam fazendo lá nos fundos, dentro do ônibus, pessoal da Prefeitura trabalhando e não fizeram nada. Senão, eles limpam e deixam o lixo no esgoto, que já tem um mosquedo, e ainda deixam aquele lixo ali. Destrincham aquele lixo, e fica por ali, ninguém leva. Eu não sei, abandonaram nós. Lá nós estamos abandonados. Eu duvido que o filho de vocês vai passar o que os nossos passam, eles têm que ir de sacola para ir ao colégio, senão, não têm como ir, ensacam os pés para poder passar na água. Isso aí não é de gente passar por isso, nem os bichos passam por isso. Isso é desumano, muito desumano. A gente vota, a gente cumpre com as obrigações, então a gente quer cobrar.

PRESIDENTE ALEXANDRA BOBADRA (PL): Obrigado. Mais alguém pelo Costa Gama quer falar? Agora é a hora.

SRA. MARISTELA E. RÖEPER: Meu nome é Maristela, da rua Sete Povos das Missões. Eu tenho dois netos que jogam bola na rua, junto com todas as crianças dos vizinhos, eles seguido estão no hospital, por causa do esgoto, porque, quando a bola cai lá no esgoto, um deles tem que buscar, e eles pegam, porque criança tem que brincar. Aí o que acontece? Vai para o hospital, como está na reportagem, eu chamei a reportagem lá uma vez para mostrar as minhas crianças jogando bola e depois estavam lá no Hospital da Restinga. Se vocês forem no Hospital da Restinga, vão ver Benício Vasques Röeper, Adrian Röeper. Seguido estão hospitalizados devido ao esgoto que corre a céu aberto, o dia inteiro, se não é eu, a minha amiga aqui e a irmã Maria a ir lá abrir aquela

valeta para correr a merdança toda, com o perdão da palavra, fica lá, correndo no meio da rua. Eu sou empregada doméstica, trabalhei a vida inteira como empregada doméstica, criei três filhos sozinha. Aquela casa lá eu comprei com muito sacrifício, paguei à vista, então, não é invasão. Eu comprei e eu exijo agora, depois de 13 anos, que a gente tenha um pouquinho só de consideração, de dignidade de morar, de criar meus netos. Eu escolhi criar meus netos lá, porque lá é sossegado. (Mostra Imagem.) É lá sou eu, faltou só a irmã Maria e a Damiani lá juntas. Isso foi um temporal que deu... Os cavaletes do DEMHAE estão lá, só para bonito. Aliás, estão lá ainda, jogados, porque, se a gente não for lá limpar, vai ficar. Muito obrigada, gente. Desculpem o desabafo. (Palmas.)

SRA. MARIA CELOI DA SILVA CORREIA: Sou Maria, da Costa Gama. O que eu ouço sempre falar aqui é que não dá para fazer rebaixamento na Omar Pereira, porque vai dar barro, porque não tem como fazer. Qual a diferença fazer agora, ou fazer depois? É só fazer uma coisa bem feita, e terá que ser feito um dia. Por que não fazer isso agora? A gente está correndo atrás disso, é nosso direito, saneamento básico é direito do cidadão. Então, por que a gente não ter? Eu faço um trabalho para a Dona Zelinda, uma cadeirante, que alagou a casa dela. Cada dia que chove é um desespero. Ela mora sozinha. É na Omar Pereira, exatamente onde dá alagamento. Por que a gente não ter o direito de ir e vir, que é nosso direito? Ela mora sozinha, alagou tudo ali, toda casa pegou água.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MARIA CELOI DA SILVA CORREIA: Ela pediu socorro e um vizinho do lado pulou o muro e salvou ela. Se não fosse esse vizinho, não sei o que seria dela, porque ela caiu na água. Era bastante água, estava bem alto. Então, por que ela não ter direito? Ela não consegue sair de cadeira de rodas se a gente não for lá e ajudar ela. É o nosso direito. O cidadão tem os seus direitos. Não é invasão, é o que a gente conseguiu comprar, é o que a gente conseguiu. Se a

gente conseguisse, a gente morava lá na Hípica, mas a gente não pode, foi ali que a gente conseguiu e é ali que a gente quer o bem-estar de todos.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Só para deixar claro: eles são terceiros de boa-fé, compraram o imóvel com boa-fé, mas na verdade, quem vendeu para eles estava de má-fé, e a Prefeitura está processando essa pessoa.

SRA. ARACÉLIA MESQUITA RODRIGUES: Boa tarde, eu sou moradora da Sete Povos das Missões há 15 anos, sou técnica em enfermagem, sou uma pessoa da área da saúde, o meu esposo faleceu faz um ano, em funções de saúde, diabetes, tudo. A gente teve muitas dificuldades lá, de eu ter que sair com ele para emergência e eu não conseguir sair por causa da rua. Eu queria pedir para senhora prestar atenção um pouquinho aqui nessa comunidade. Já que não conseguem prestar atenção sem a gente estar junto, agora nós estamos aqui, dá cinco minutos para nós, que a gente precisa, a gente implora. Nós somos votantes, somos pagadores de impostos, somos tudo. Eu pago o meu Coren, que não é barato. Pode ser barato para a senhora, pode ser barato para qualquer um, mas para mim não é barato. Eu estudei também para isso, e onde eu posso morar é lá. O mínimo que a gente quer é respeito, respeito pelo idoso, respeito pelos cadeirantes que têm lá. É crime, sim, um cadeirante estar vivendo daquele jeito. É crime, sim! É falta de saúde. Agradeço ao DMAE quando colocou água para gente, agradeço a CEEE, quando colocou a água para gente, porque eu ficava de madrugada esperando a água subir, com motor, para eu poder encher a minha caixa d'água para poder tomar um banho, dar um banho nos meus filhos – eu sou mãe de cinco filhos. Aquela mulher, está lá há 30 anos, criou os filhos e os netos naquela dificuldade. Tudo é difícil para nós lá, ninguém está aqui porque quer, se a gente tivesse condições não estava, com certeza. Por isso que eu peço cinco minutos para nós, que tu largues o telefone e deixes a cara de deboche para nós. (Palmas.) Obrigado pela atenção. Espero que vocês prestem atenção na gente, vocês deem atenção para nossa saúde, para nossas crianças, para todo mundo que está lá.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado. Foi boa tua fala.

SRA. SIMONE SOMENSI: Deixa só falar uma coisinha para ela. Quando vocês tiveram o o.k. do Município para instalar a rede de água e a rede elétrica, quem deu esse o.k., fui eu.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. SIMONE SOMENSI: A gente faz esse trabalho com todas essas comunidades. Eu tenho o maior respeito com todos os moradores, quem conhece o meu trabalho, o pessoal sabe, eu trabalho muito para as comunidades. Se tem alguém, aqui dentro da Prefeitura, que faz pela representação fundiária, sou eu. Está bem? A minha cara não é de deboche, eu tenho muita empatia por todos vocês, eu trabalho com 800 comunidades que sofrem muito. É assim na Restinga, no Belém Velho, no Belém Novo, é assim na Zona Norte, no Guapuruvu, no Timbaúva. A gente ouve muito a dificuldade de todas as pessoas, e a gente tenta fazer de tudo para que a gente melhora a vida de vocês. Então, eu não sou debochada, eu tenho muito respeito por vocês, eu conheço muito a Costa Gama, a gente regularizou ali várias... As localidades todas do entorno, que estão regularizadas, eu trabalhei nesses processos, eu ajudei a regularizar, e estou aqui, mais uma vez, para ajudar vocês a regularizar. Depois que a gente passar a parte do projeto, a parte da titulação, é a equipe que é o coordeno que vai trabalhar com vocês, vai estar lá, em campo, trabalhando junto com vocês. Então, gente, é isso. O pessoal da ReUrbane, que é a empresa que vocês contrataram, trabalha comigo há 15 anos nos processos de regularização fundiária. Todo mundo lá na Prefeitura sabe do que eu faço para destrancar, para a gente poder ajeitar os processos para que os serviços cheguem com tranquilidade, dentro da legalidade. O que eu quis colocar para vocês, é uma verdade, alguém ganhou dinheiro vendendo esses lotes para vocês, e não foi a Prefeitura, foi um loteador clandestino. Isso é uma realidade. E vários de vocês falaram que compraram os lotes lá. De fato, vocês compraram,

então alguém ganhou dinheiro. Esse dinheiro, quando vende lotes, uma parte tinha que fazer essas melhorias na área, e não aconteceu. É isso que a lei exige e foi isso que eu quis colocar para vocês, que haveria um responsável, inclusive foi condenado na justiça a fazer tudo que nós estamos fazendo aqui – nós, Prefeitura –, porque quando o loteador faltoso não faz, a Prefeitura vem e coloca, e é isso que a gente está fazendo. A gente não vai desmerecer vocês, muito pelo contrário. Eu sei da angústia de vocês, eu sei que é difícil viver assim, é horrível viver assim e ninguém merece. A luta de vocês aqui hoje tem que ser muito valorizada e eu quero aplaudir a organização comunitária de vocês por estarem aqui fazendo isso hoje, porque é assim que se faz mesmo, é assim que se luta para ter essas melhorias. Está bem? Então, não me vejam como uma inimiga, eu sou uma amiga de vocês e sou uma lutadora pela regularização e para que todos os registros cheguem na Omar Pereira, está bem?

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado pela parceria, Simone. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Mais uma vez, boa tarde a todos. Como é bom ver vocês desabafarem, disso ninguém aqui tem medo, e a Câmara nunca é tão movimentada como nas comissões; no plenário, quase não vai ninguém, mas vocês estão aqui na comissão, porque dá oportunidade a vocês. De outro lado, eu também preciso, com a minha experiência de vereador várias anos e secretário de obras, dizer que certas coisas podem e outras não podem, até clarear bem a situação. A Simone é, como ela disse, nós somos testemunhas, de um serviço maravilhoso, um atendimento espetacular para a sociedade porto-alegrense, principalmente vocês que precisam do DEMHAB. Então, não é momento de brigarmos, e sim buscarmos um entendimento. Eu quero dar minha opinião, com a minha experiência: parece que ninguém prometeu asfalto para o futuro, mas que as secretarias, Dilton, tem que estar lá no dia a dia, colocando em ordem isso aí, se faz em toda a cidade. Vocês têm que fazer, a secretaria é para isso, e está falando aqui um ex-secretário, e o funcionário, quem sabe, até

meu funcionário foi. E é verdade o que ele disse, asfaltam becos por tudo que é lugar na cidade. Ali no meu bairro, tem beco que asfaltaram que eu não sei quem é que mandou asfaltar; é ilegal, e o asfalto está lá. Área ilegal, e o asfalto está lá. Portanto, façam o dessa comunidade, porque eles não são invasores, eles compraram e, como disse a Simone, foram enganados; mas o poder público, no momento de regularizar, é o que a Simone disse, vai estar lá apoiando vocês. Então nós estamos aqui sentindo a aspiração de vocês, mas eu acho que a Prefeitura, Dilton, pode, sim, como já fez em vários setores da cidade, naquela região, que é uma região de chão batido, e vocês podem muito bem fazer um paliativo até resolver, porque, pelo que a Simone disse, em seguida vai estar aí uma melhor condição para vocês, de vocês serem donos verdadeiros. Não adianta vocês terem o que vocês têm lá. Em relação ao ex-dono, vocês são donos; mas precisa agora o DEMHAB legalizar vocês, e é isso o que a Simone deixou bem claro aqui. Quem sabe, se Deus quiser, daqui menos de um mês, isso esteja resolvido. Então eu peço paciência para vocês, nós estamos aqui para ajudar. Olha, vocês reuniram aqui vários departamentos que dificilmente se reúnem, que é difícil trazer. Está aqui o DMAE, que – já fiquei sabendo – botou água. E aí, outro detalhe, se tem água e tem luz, por que não pode arrumar a rua? Então é esta a minha vontade: que vocês tenham entendimento e que as secretarias façam aquilo que agora é possível para melhorar a situação dessa comunidade. É esse o meu pedido, Dilton.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Cassiá, a gente ligou para todo mundo; se não viessem, a gente ia buscar.

SR. DILTON MARTINS: Obrigado, Ver. Cassiá, pelas palavras. Para a secretaria, como o nosso amigo que trabalhou da SMOV falou, é muito mais barato para a Prefeitura fazer um capeamento asfáltico, no caso que a Serviços Urbanos faz. Infraestrutura é necessária ali, mas, quando é possível fazer, a gente faz; quando a gente não é impedido pelo Ministério Público ou por alguma situação, a gente faz esse tipo de serviço; mas nesses casos assim, se a gente

botar um asfalto ali, provavelmente vai gerar um problema maior ali – sabe, Jader?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DILTON MARTINS: Exato. Então, para nós, da SMSUrb, por exemplo, se a gente levar uma patrola lá e fazer rebaixamento e passar ali e botar o saibro, se chover amanhã, acabou o serviço. Para nós, seria muito melhor a gente pegar e colocar o saibro, mas, enquanto não tiver uma infraestrutura adequada para a gente colocar esse asfalto, é um serviço perdido. Primeiro, que o asfalto se perde; outra que vai causar muito mais alagamento na casa das pessoas, porque a água vai escoar para algum lugar, vai procurar; no solo drenado, essa água fica ali, fica um, dois, três dias, mas depois vai embora; se botar o asfalto ali, vai ficar por muito mais tempo. Então é isso, a Prefeitura não se nega, a secretaria. Nós vamos ao local para providenciar com maior rapidez essa visita e esse rebaixamento para colocar o saibro, que vai, eu acho, melhorar paliativamente ali. A gente é parceiro, a Prefeitura vai fazer, vereador, entendeu? Mas, infelizmente, tem coisas que a gente não pode fazer por impossibilidade técnica.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Pode pegar o microfone e te identificar, para que fique registrado.

SR. KLÉBER FABRÍCIO DOS SANTOS ALVES: E quanto à reunião passada, que o Vitorino falou aqui, também o engenheiro: “Manda o DMAE fazer que a gente vai lá e asfalta”. Eles falaram na reunião aqui; e eles me falaram ali fora, sobre os 142 metros, que é o que a gente está pedindo, que é a parte do alagamento, o rebaixamento e o alagamento para sair para a Costa Gama: “A gente tem o meio-fio e a gente faz, é só o DMAE fazer a drenagem e a gente faz”. Como é que fica? Eles falaram aqui, eles falaram. O senhor lembra? Até o senhor disse: “Como é que vai me botar, como vereador, para responder pelo

DMAE?”. O DMAE está aqui agora; se disseram que faz, é só o DMAE dizer que faz e pronto, acabou o problema.

SR. DARCY SANTOS: Boa tarde. Eu sou diretor adjunto do DMAE, engenheiro do quadro há bastante tempo. Já tivemos várias reuniões no gabinete do prefeito, o vereador também. Eu já estive na comunidade, já conhecia a comunidade, eu trabalhei na fiscalização de rede de esgoto ali quando estavam pavimentando a Stringhini. Então eu conheço bastante, assim como conheço outras comunidades, e a gente sabe o drama, a gente sente a manifestação de vocês, vocês exalam a angústia que têm, e a gente fica muito tocado. Como disse a Simone, como disse o Ver. Cassiá, quando a gente não faz não é porque não quer. Ele está aqui, a gente escolheu trabalhar como funcionário público porque a gente gosta de trabalhar para a coletividade, trabalhar para todos. E os que mais precisam geralmente estão nas periferias. Então assim, não tem essa conotação de não querer fazer; agora, a gente tem impedimentos legais ou impedimentos de recursos. Então eu gostaria de dar uma explicação, porque o pessoal... Como a água se mistura com o esgoto, uns dizem que estão com problema de esgoto, outros dizem que estão com problema de alagamento. Na verdade, são coisas diferentes que se misturam, porque não tem a infraestrutura. O cano do esgoto ou o sistema de esgoto, em princípio, é para transportar a água que sai dos banheiros e das cozinhas, só isso, ponto. A água do pátio, a água do telhado, a água de chuva, a água da rua, isso é sistema pluvial, é outra coisa. E não deve se misturar. Lá, como não tem nenhum, então se mistura porque as pessoas ou têm o sumidouro próprio, uma fossa ou uma valeta, então acaba se misturando. Como disse o secretário André Flores, como é que funciona... Eu falei que o esgotamento sanitário é a água coletada de dentro das casas, não da rua, então é água da cozinha ou do banheiro; e a água pluvial não, ela é coletada das ruas, dos pátios das casas. Só que a água pluvial, para entrar numa tubulação ou canalização, para ser encaminhada para algum lugar, ela precisa da boca de lobo. A boca de lobo é que capta a água. A chuva não é endereçada do céu para cair diretamente dentro do cano, ela cai no chão. A

gente vê ali esses vídeos, e eu conheço. A rua que não tem um pavimento que empurre a água para dentro da boca de lobo, a água fica nos buracos, é como falou o Dilton. Então, para a água ir para a boca de lobo, tem que ter pavimento; para ter boca de lobo, tem que ter meio-fio, e tudo isso depende de projeto, é como disse o secretário André Flores. E aí, para fazer projeto, tem que ter a Reurb organizada, que foi o que falou a secretária-adjunta de habitação. É uma coisa em cadeia na outra. Agora, eu sei que tem a questão da proposição das soluções paliativas, que é o que o Jader está falando. Eu estive na reunião com o gabinete do prefeito sobre isso, me comprometi a estudar. O levantamento topográfico foi ofertado, uma cópia dele está em nossas mãos, a gente está usando. Surgiram algumas ideias e proposições, mais de um engenheiro nosso esteve no local tentando achar alguma saída, precária ou temporária para a água de chuva; não é para esgoto, porque para o esgoto eu vou precisar do pavimento e o projeto tudo bonitinho, senão não tem como fazer coleta de esgoto sem ter a obra viária completa definitiva. E para fazer uma coleta de água na entrada da rua, não tem como fazer rede de canalização pluvial em toda a comunidade porque eu teria que ter o projeto completo em toda a comunidade. Aí é fazer a obra completa, aí nós não temos. Então o que a gente se propôs é achar uma solução precária, como dito pelo Jader, paliativa, para minimizar a entrada da Rua Omar Pereira, alguma coisa assim. Das três ideias que surgiram, propostas, todas batem no problema semelhante: a canalização que vai se fazer ali vai ficar em nível, horizontal, ela não vai ter caimento, porque não tem muito para onde sair. A água vai embora por escoamento, gravidade, ela não é bombeada para nenhum lugar, ela sai por caimento. E todas as três propostas que tem ali, inclusive uma bem maior, que é a saída da canalização pela Rua Nilza da Silveira até o Arroio do Salso, elas batem nesse problema de ficar tudo meio horizontal e passar a ser canalização que vai ficar cheia d'água, com água estacionada dentro. Nenhuma se mostrou muito a alternativa. Claro, se fizer, talvez, o rebaixamento, que é uma solicitação, na entrada... Tem que botar meio-fio, tem que botar a boca de lobo, não é assim, o DMAE vai lá e depois vai a SMSUrb, tem que ser trabalho conjunto, os dois juntos; não é um ou outro, nenhum antes,

nenhum depois. É tudo junto. Não é assim: o DMAE vai lá e faz a drenagem, e a SMSUrb depois faz. Não, tem que ser junto. Tanto é que os locais que são feitos, são feitos durante... A boca de lobo é instalada durante o pavimento, não é depois nem antes, é durante, junto e contínuo. Então, as soluções paliativas que foram estudadas, propostas, nenhuma se mostrou adiantar quase nada. E se não fizer pavimentação, botar cano, e botar a boca de lobo, a água vai ficar nos buracos, e quando estiver mais cheio de alagamento a água vai cair para dentro da boca de lobo com o saibro. E aí o saibro que foi espalhado pela Prefeitura em dois ou três eventos vai estar entupindo o cano, aí também não adiantou nada. Ou a boca de lobo vai estar soterrada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY SANTOS: Tem esse problema, mas é que as casas também agora estão no nível das ruas, alguns trechos, então o problema é todo um conjunto. O caminho mais assertivo é o projeto completo que a gente possa fazer paulatinamente. Essas soluções paliativas... O nosso setor de manutenção tem atuado lá sempre que possível, mas também não temos estrutura para atender todas as demandas instantaneamente o tempo todo, ficar dentro das comunidades. “Ah, o cavalete está ali, está jogado.” Mas é porque alguém esteve lá. “Ah, as tampas estão quebradas.”

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY SANTOS: Essas tampas saíram de lá por quê?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY SANTOS: Essas caixas foram feitas pelo DEP ou pelo DMAE?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY SANTOS: Quando?

SR. JADER PORTO: Tem uns 45 dias. O DMAE fez uma obra que não se usa lá. Teria que vocês irem lá olhar, porque não sou engenheiro. As caixas estão lá sem tampa, não se coleta água, não se faz nada. Eu gerei protocolo, foram engenheiros lá, viram aquilo ali e não falaram nada. Até achei estranho. Vai cair uma criança ali, eles jogam bola bem ali, com certeza...

SR. DARCY SANTOS: Essas caixas estão na entrada da Rua Omar Pereira ou estão em outras ruas?

SR. JADER PORTO: Não, é na Rua Sete Povos das Missões. Inclusive fizeram a obra pela metade. Por que eles não botaram mais três caixas para cima e canalizaram tudo? Já existe um paliativo. Pessoal, só para corrigir...

SR. DARCY SANTOS: Botar caixa onde não tem pavimento é encher de terra.

SR. JADER PORTO: Sim, mas isso foi feito pelo DMAE. É isso que eu quero que você entenda. Pessoal, só para corrigir aqui: eu acompanho o trabalho da Simone Somensi, inclusive quando ela estava chegando aqui eu a cumprimentei. Eu acompanho teu trabalho eu sei o que tu fazes pelas comunidades. Tu tiveste participação na rede de luz na região, eu tenho acesso a tudo que tu fizeste pela comunidade. Só para corrigir: a Simone Somensi é uma pessoa presente na comunidade. Só para deixar claro. Voltando ao assunto, o que eu preciso hoje? Eu tenho 10 focos de dengue naquele local, inclusive de um surto de dor de barriga no pessoal, e dor de cabeça, ninguém sabe se aquilo ali foi a dengue ou não, mas eu tenho dez focos de dengue e preciso de três coisas do DMAE hoje... Nós, ali na comunidade, nossa regularização fundiária que tanto eles falam, quem vai pagar isso para nós? São R\$ 4.500,00 – não sei se não atualizou – por morador a regularização fundiária que tanto eles falam vai ser paga por nós, moradores, por mais ninguém, é por nós que está sendo pago isso, a Prefeitura

não está dando nada, nadinha, inclusive a gente está aqui brigando e a Reurb quem está pagando somos nós. Tanto é que é uma empresa particular que está fazendo. Outra coisa: existe lá um esgoto que sai na Rua do Stringhini que está pronto. É uma canalização de esgoto que a gente fez por conta, por desespero.

SR. DARCY SANTOS: É aquela que passa dentro do terreno.

SR. JADER PORTO: O que a gente está pedindo hoje? A gente precisa de três trechos de canalização, porque já tem uma emenda parlamentar ofertada para aquela comunidade, existe já uma indicação de fazer o projeto... O Melo não pediu para dar andamento ao projeto naquele dia?

SR. ANDRÉ FLORES: Não é esse projeto aí. Estamos aguardando...

SR. JADER PORTO: E o projeto que o Melo pediu para começar?

SR. ANDRÉ FLORES: Boa tarde. Nos foi informado, naquela reunião, se bem me lembro, que o prazo era até o meio do ano para terminarmos a Reurb, nós vamos fazer os TRs da contratação dos projetos, porque nós não fazemos os projetos, nós os contratamos, e tinha, inclusive uma disposição do Ver. Bobadra para disponibilizar emenda para executarmos esse projeto – se bem me lembro foi isso que ficou combinado naquele dia. E nós estamos aguardando. Só para deixar claro, porque, quando houve a reforma administrativa, na outra gestão, houve uma mudança do que era a antiga SMOV – os nomes são muito fortes na Prefeitura, eu vi que chamaram a secretária Simone de DEMHAB, que agora é Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SMHARF; então os nomes são muito fortes; a SMIC é muito forte e a SMOV também, a SMOV dividiu os seus serviços. Os serviços que é a colocação de asfalto, a questão da iluminação pública, inclusive as podas estão lá como serviços urbanos, era uma parte da SMOV, que chamava a antiga DCVU – Divisão de Conservação de Vias Urbanas (da Prefeitura Porto Alegre); a Secretaria de Obras que substituiu a

SMOV, faz a obra completa, digamos assim, o que estava falando o Darci, que é a solução intermediária, mas é a solução definitiva que é a colocação da infraestrutura dos canos, a solução completa, porque essa questão, a água não faz curva, nem obedece à sinalização viária e nem sobe lomba. Então tem que fazer, com toda essa completude de dados, isso que foi tratado naquele dia lá na reunião, a Secretaria de Obras e Infraestrutura, até o meio do ano ficaria pronta Reurb, era essa a expectativa, nós íamos fazer o TR para fazer a contratação, nós não fazemos o projeto, nós contratamos o projeto e o fiscalizamos para poder fazer a execução, junto com o DMAE, porque, via de regra, a metade desse custo é infraestrutura de saneamento, de água, de esgoto, esgoto pluvial, são dois esgotos, o cloacal e pluvial, se dividi ali e isso o DMAE coloca o recurso mas dentro do nosso projeto, e faz uma coisa só, porque não tem sentido o DMAE fazer uma parte e isso ficar descasado no cronograma, para nós enchermos o esgoto lá, enchermos os canos de água e estragamos, por isso então nós fazemos tudo numa obra só, num projeto só, com fontes orçamentárias diferentes. E era isso que ficou combinado naquela reunião, se bem lembro o Ver. Bobadra tinha se disponibilizado a colocar o valor de emenda parlamentar – agora me foge o valor, mas era um valor de significativo que nós entendíamos, inclusive que contemplava tudo para fazer a contratação desse projeto, cujo TR sim está lá em execução para tão logo fique pronta a Reurb, que era no meio do ano – era esse o combinado naquele dia, se bem me lembro, talvez a gente tenha alterado, mas pelo que me lembro foi o combinado daquela vez. Obrigado.

SRA. DÉBORA FRANCELE RODRIGUES DA SILVA: Bom, a gente tem um longo histórico na história da regularização do Loteamento Costa da Gama, e claro, antes mesmo de eu começar a trabalhar nesse projeto, a Dra. Simone Somensi já estava à frente da Procuradoria de Regularização Fundiária. Então vamos olhar para frente, vamos seguir, vamos juntar, a gente precisa que todas as secretarias se unam para que a gente chega ao final desse processo, tanto registral quanto das questões de infraestrutura. O que é importante, e peço a sua

ajuda, Dra. Simone Somensi, caso eu esteja enganada na minha fala, mas hoje a gente chegou aqui à conclusão que a gente precisa de um projeto urbanístico de regularização fundiária aprovado, para que os secretários possam seguir então com seus projetos de infraestrutura, chegamos a essa conclusão. Doutora, é possível que, com a planta urbanística os técnicos sigam com seus projetos de infraestrutura, para buscar as demandas, enfim, esse execute, a lei permite isso, a lei de 2017 da Reurb, permite que vocês recebam essa infraestrutura muito antes da titulação. Então já é possível com o nosso carimbo, que conforme a Dra. Simone falou, vocês vão receber uma visita da comissão numa etapa final, isso é raro acontecer, pessoal, mas eles querem participar, os técnicos novos da comissão, eles querem estar e eles são pé no barro, vão na comunidade, a Dra. Simone também vai na comunidade. Então eles vão lá ver qual é essa planta que eles vão carimbar, que eles vão aprovar, e eu como ReUrbane tenho certeza que estamos alinhados, como vocês estão lá hoje, depois de tanta mudança que teve na comunidade. Agora, sim, teremos a nossa planta, as outras secretarias podem seguir com seus trabalhos, e a gente segue com a secretaria da Dra. Simone, com as articulações de vocês. Agora é a gente olhar para frente, seguir, e o Jader com a luta dele, com vocês, com a comunidade; acho que é a primeira vez que eu participo de um evento com tantos moradores dentro da Prefeitura. A gente faz a nossa reunião, sempre o Jader que está à frente me trazendo isso, eu digo para vocês: o que o Jader trás e vocês trazem hoje, eu tenho loteamento que recebeu matrícula, que está me ligando hoje, dizendo que tão com água entrando dentro de casa. Então, se tudo der certo aí, vocês vão estar recebendo matrícula e infraestrutura juntas, e eu acredito que dará. E mais uma vez, em nome dos técnicos da ReUrbane me disponibilizo, falando que, à frente da regularização fundiária, é por vocês, são vocês, moradores, e a equipe da Dra. Simone que tem técnicos lá que analisam tudo que a ReUrbane entrega. Então, dar os parabéns Jader, também, porque ele faz por cada um de vocês, ele sabe a história de cada um de vocês aqui, ele leva para nós nas reuniões. Eu recebi algumas moradoras lá no escritório, e a cena mais bonita foi elas só olhando a planta e conseguindo reconhecer onde era a casa delas, ali e diziam: aí essa

aqui é minha casa, aqui que eu tenho na frente, nos fundos. Então, é isso, a gente fez o projeto e agora a gente, com esse projeto que está exatamente como está a comunidade, consolidados, os limites dos lotes, as ruas que a gente projetou, os perfis viários, as calçadas que a gente botou para que tenha acessibilidade para os cadeirantes, a gente vai conseguir buscar as demais infraestruturas. Então quero trazer isto e confirmar então as secretarias, com a Dra. Simone, que a gente pode dar seguimento na infraestrutura, paralelo à etapa registral; porque, gente, a gente vai ter que ir na casa de cada um de vocês, bater foto de vocês na frente da casa, coletar o documento, ver quem é casado, quem não é casado, quem tem certidão de nascimento, quem não tem; nisso aí dá para projetar tudo, dá para buscar a infraestrutura. Eu dou certeza técnica do meu conhecimento técnico de que a gente pode trabalhar paralelo a essas duas etapas, não é doutora?

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): As falas são boas, eu só quero que conste os prazos aqui na ata. Qual é o prazo para vocês fazerem esse trabalho aí?

SR. DÉBORA FRANCELE RODRIGUES DA SILVA: Na verdade, agora o nosso prazo é amarrado à secretaria. A gente tem a vistoria da secretaria na semana que vem, a doutora disse que na próxima reunião a gente terá a aprovação do projeto urbanístico, e aí na verdade, é com a Prefeitura.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Até quando vocês conseguem terminar esse processo?

SRA. SIMONE SOMENSI: Isso depende da Comissão Técnica que são os membros que vão visitar vocês amanhã, eles que vão dar o o.k. final para esse trabalho. Vamos dar um prazo longo, 30 dias. O combinado é que na semana seguinte, após a vistoria, eles analisassem e aprovassem o projeto. Se não der na semana, pelo menos nos próximos 30 dias, projeto aprovado. Depois do

projeto aprovado, a gente tem que combinar as próximas fases de titulação, qual é o nosso problema, Débora? O nosso problema é a nova lei de regularização, a lei de 2017, que exige que a gente esteja com a parte de infraestrutura essencial, se não implantada no loteamento, pelo menos planejada sua execução com termo de compromisso e cronograma de execução. Então, sim, a gente pode andar conjuntamente as etapas de titulação, coleta de documentação dos moradores e tudo mais, mas para a gente enviar CRF para o cartório, nós vamos ter que andar também com a parte de infraestrutura, nós vamos ter que avançar nessa parte de infraestrutura. Então, na verdade, nas nossas priorizações de obra a gente sempre conversa com as outras secretarias, com o DMAE, com a SMOI, com a SMSUrb, a gente quer que vocês priorizem as áreas que a gente está com a Reurb em tapa final. Depois de projeto aprovado, a etapa final de regularização. Para nós também entra como priorização de obra, porque a gente precisa encerrar a Reurb, para a gente encerrar a Reurb, a infraestrutura essencial tem que ter. O essencial é água, luz, drenagem, esgotamento sanitário que é exatamente o que a gente está falando aqui, duas das infraestruturas essenciais que a lei exige que a gente resolva ou tenha planejada para resolver ao longo do tempo.

SR. DARCY SANTOS: No caso, tem que ser planejada, porque nós estamos justamente precisando disso para poder desenvolver os projetos.

SRA. SIMONE SOMENSI: Exatamente. Então a gente vai estar em fase de planejamento de obra, enquanto a gente vai fazer a parte da titulação dos moradores, vamos trabalhar concomitante.

SR. JADER PORTO: O planejamento de obra dura quanto tempo?

SR. DARCY SANTOS: O projeto é viário, a gente participa, mas o projeto é viário.

SR. ANDRÉ FLORES: O projeto de infraestrutura de tudo aquilo ali nós vamos demorar cerca de 8 meses, depois de iniciada a execução. De 8 a 12 meses, vai depender, como já tem todos os levantamentos atualizados, nós pulamos uma etapa importante que é o topográfico. Não preciso explicar, já que a secretária Simone disse que tem que ser feito mais de uma vez, então o levantamento deve estar bem atualizado e bem completo. Então com isso facilita, a gente ganha uma etapa importante, por isso eu acredito que entre 8 e 10 meses deve estar pronto o projeto completo. Não é só o projeto viário, a gente enxerga só o viário, só que tem toda a questão de infraestrutura, posteação e outros ali para poder fazer a obra completa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DARCY SANTOS: É a terraplanagem. A terraplanagem vai fazer parte da pavimentação.

SR. ANDRÉ FLORES: Vai fazer parte da pavimentação, porque tem que fazer o leito e subleito. Ali tem um grande problema de drenagem, então tem que fazer o plano de escoamento e por isso é muito importante a topografia altimetria. Eu não sou engenheiro, sou advogado, já há bastante tempo trabalho com as áreas de engenharia da Prefeitura, então, alguns jargões e alguma coisa eu já me habituei. O engenheiro Darcy, há muitos anos trabalhando junto, é um daqueles que nos orgulha no serviço público tamanha sua dedicação, assim como a secretária Simone que também, cuja fama, precede conhecê-la, secretária. Que a gente possa resolver o quanto antes esses problemas ali, são questões bastante complexas de se instalar, na medida em que as pessoas já ali estão. E é por isso que, quando a gente fala num mundo ideal, primeiro, se coloca a infraestrutura para que depois as pessoas vão, é justamente por isso. Ali as casas poderiam ter sido construídas em um nível mais alto, de 40, 50 centímetros e resolveria muitos dos problemas. Mas quando vai-se instalar a infraestrutura que é a estrutura que fica abaixo do nível do solo depois que as pessoas estão

lá, é claro que tem toda uma série de dificuldades. Por exemplo, nós não podemos interditar a rua, quando formos colocar todos os canos, formos colocar o asfalto, as pessoas tem que poder continuar indo para suas casas, isso também faz com que a obra ganhe alguma complexidade para ser feita e também no planejamento do projeto que contratamos tem que prever tudo isso. Como é que nós vamos fazer a obra com as pessoas indo trabalhar, indo para escola, indo para o posto de saúde, tocar a sua vida durante a execução da obra. Então isso também faz parte do planejamento e também ganha complexidade, nós não podemos fechar a entrada da rua, por exemplo, por muito tempo.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O Sr. Wagner Luis Macedo Beck está com a palavra.

SR. WAGNER LUIS MACEDO BECK: Eu moro no Sete Povos das Missões. Sobre a altura das casas que foi falado, eu queria dizer que, realmente, as casas estão muito baixas e por isso que é importante o rebaixamento, porque onde tem as casas mais baixas, o problema é maior. Se tivesse esse rebaixamento, porque ele sai dessa parte e dali tem uma elevação para ir em direção à Costa Gama. Esse rebaixamento seria muito importante para nós ali.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Eu notei que há uma divergência de várias pessoas sobre o rebaixamento, pergunto: dá para fazer o rebaixamento ou não? Eu sou advogado, não sou engenheiro, mas muitas pessoas da Costa Gama falam do rebaixamento. Alguns falam que podem, outros não podem, pode, mas vai dar muito trabalho, mas não seria uma solução.

SR. DARCY SANTOS: Vereador, não respondo pela parte viária, mas não consigo te responder de bate pronto, agora, tem dois problemas do rebaixamento do que eu conheço de obra viária, uma é que se pode deixar a canalização, que já existe lá, muito rasa a ponto de ficar desprotegido. Ah, mas então tu aprofundas a canalização; não, eu não posso aprofundar porque a água de

chuva tem que empurrar lá para o Arroio do Salso, que fica lá no fundo da Nilza Silveira ou algum outro lado que vá sair. Então eu tenho uma limitação da onde eu tenho que chegar com o cano, eu não posso chegar com o cano afogado no arroio, não adianta nada, o cano tem que chegar no arroio a certa altura acima do arroio. E se ele tem que chegar acima do nível da água do arroio, por caimento, ele tem que vir subindo até chegar ao ponto da onde é captada a água, e se esse ponto ficar acima do nível do chão, eu estou com o cano exposto para a rua. Aí eu fico embretado nesse jogo. É por isso que se falou da questão do nível das casas, a proposta deles, lógico, é acertar o nível das casas rebaixando a rua, porque as casas já estão feitas e não tem como levantar as casas. Esse jogo, só o planejamento do projeto pode responder, não tem como te responder de bate pronto sem conhecer o projeto. É uma questão técnica também.

SR. ANDRÉ FLORES: Só para deixar um pouco mais claro, é que naquele nível da rua ele resolveria ali, mas analisando até onde essa água teria que sair lá no arroio, faria com a água, inclusive, voltasse, porque o nível do arroio quando sobe, é claro, extravasa para dentro desse cano vai voltar água para rua. Então essa não é uma solução tão singela, tem toda uma complexidade, e é por isso que tem que fazer um estudo casado com... (Ininteligível.) ...para ver qual o melhor desenho para essa água sair dali.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Ver. Alex Fraga.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Só para participar um pouquinho, cheguei um pouco atrasado, mas em Porto Alegre existem vários condutos forçados com a utilização de sistema de bombas para fazer uma captação e o lançar dessas águas para outra região. Não poderia, como o Ver. Bobadra falou, servir como paliativo algo enquanto o projeto transcorre? isso já aliviaria o lado da população.

SR. DARCY SANTOS: Isso também é um raciocínio lógico, mas vou dar outra explicação, conduto forçado não tem bomba. Conduto forçado, como é esse aqui e outros vários na cidade, tem no bairro Camaquã, tem na área central, ali na Av. Cristóvão Colombo e na rua Coronel Bordini e tem lá na Zona Norte, na Av. Sertório e em alguns outros lugares, eles não têm bomba. O conduto forçado é construído com uma grande declividade e ele chega afogado dentro do Guaíba. Ele usa a favor dele o peso da água mesmo, então quando ele enche, que tem uma chuva alta de grande precipitação, ele enche e aquele volume de água é tão pesado que empurra ele para dentro do Guaíba. O conduto forçado é assim, ele não tem bomba. O sistema bombeado que existe na margem da cidade, na Zona Norte, na Zona Central e vai até o Parque Marinha do Brasil, precisa que as duas estejam pavimentadas, porque ele também só vai funcionar com água chegando numa casa de bomba. E a bomba até recolhe um pouco de sujeira que ela que ela expulsa junto, mas não pode estar cheio de terra dentro do poço. E se eu tenho a rua sem pavimentação, como o senhor está sugerindo de fazer como uma solução temporária, não vai ter eficiência, porque vai entrar terra na canalização, e se a terra se movimentar vai cair no poço, e esse poço do buraco, onde fica a bomba, não vai funcionar, a bomba vai estar soterrada. Então a gente bate no mesmo problema, precisamos de um projeto viário da infraestrutura completa para podermos dar soluções que funcionam.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Ainda em tempo, só pela convocação, a EPTC foi chamada? Tem alguém da EPTC aqui? Pode falar seu nome, por favor.

SRA. MARIA CRISTINA MOLINA LADEIRA: Eu sou Maria Cristina, boa tarde a todos, eu sou da Secretaria de Mobilidade Urbana, estou aqui em nome da EPTC.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): A EPTC está aqui, eu vi que alguns de vocês tinham demandas com relação à EPTC. Alguém quer falar?

SR. JADER PORTO: Eu gostaria de saber porque o Restinga/Glória não vai até o Centro, ele vai só até a Av. João Pessoa? Olha só, a gente tem um problema ali assim, hoje a gente já está com um problema no de posto de saúde ali que a gente tem que andar cinco quilômetros para poder chegar no posto, porque o posto está na Microrregião 05 que a gente usa e nós moramos na Microrregião 06. E como ele está na Microrregião 05, a gente não tem auxílio do sistema de Saúde, não vai lá aquele pessoal, quele agente da Saúde ver os nossos cadeirantes, os nossos idosos. Então essas pessoas têm que se deslocar cinco quilômetros até o posto de saúde. Esse é um problema. Aí nós temos hoje uma integradora que passa num horário que não corresponde aos ônibus, eles não têm um sincronismo nessa linha. O pessoal pode chegar lá e ficar esperando uma hora, sei lá, até chegar o ônibus. E a gente tem ali uma condição muito boa que a gente que já tinha antes que é o Restinga/Glória que pode ir até o Centro, com certeza. E esse Restinga/Glória vai lotado e vem lotado, porque aquela região ali cresceu muito, tem muito condomínio ali. O Condomínio Morada do Sul deve ter umas cinco mil pessoas. Então aquela região cresceu muito, e eu acho que é de grande valia se a EPTC olhar com carinho essa questão.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): O que a gente precisa para o Restinga/Glória ir direto para o Centro?

SRA. MARIA CRISTINA MOLINA LADEIRA: Bom, de pronto eu não tenho a solução para essa demanda. A equipe vai olhar, vai verificar quais são os impedimentos e porque não está indo até lá. A linha Restinga/Glória foi mais como um reforço inicialmente, mas talvez agora com a demanda que cresceu muito na região, inclusive eu estive fazendo uma vistoria na semana passada, a gente está inclusive fazendo um estudo para a reativação daquela linha rápida Restinga/ Glória que vocês tinham e não tem que é a R1. Então a gente está fazendo os estudos para reativação dessa linha. E com relação à alimentadora, se tu tivesses os horários em que ela não está sendo sincronizada com a linha

principal, aí seria importante vocês nos darem essa informação para que a gente possa ajustar as tabelas horárias.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Passa para comunidade, por favor, quero ouvir a comunidade.

SRA. MARIA CELOI DA SILVA CORREIA: É o seguinte, os horários de alimentadora são de hora em hora. Os meus filhos estudam no Morada da Hípica que fica em torno de três quilômetros de distância, se eles dependerem de ônibus, eles vão pegar o ônibus que sai às 7h do terminal do Belém Velho, eles vão chegar lá no máximo às 7h20min, e eles vão ficar 40 minutos na frente da escola, porque o horário não combina com o horário de escola. Isso sem falar que se a gente vai do Centro até o terminal, a gente chega ali e se saiu a alimentadora, a gente espera mais uma hora, porque ele sai dali a cada 30 minutos, tipo às 15h, 16h. E aí ele dá o horário redondo aqui no terminal e lá horário quebrado. Então dá muita diferença. Se eles saem às 12h, eles vão pegar o ônibus às 12h30min. Então isso aí atrapalha muito. Hoje eles não estão andando de ônibus, se desse para andar de ônibus eles iam ficar fazendo isso. Graças a Deus eles têm carona para ir e voltar, mas quando precisa andar de ônibus, eles ficam 40 minutos na frente do colégio esperando. E o pessoal que trabalha também, se você chega ali e saiu o ônibus, vai ficar esperando uma hora, exatamente uma hora.

SRA. MARLENE LUPI MACHADO: Boa tarde, meu nome é Marlene, eu sou moradora do loteamento Costa Gama, na Rua Omar Pereira, e eu gostaria de reivindicar, para senhora da EPTC, o ônibus para que os trabalhadores possam trabalhar no fim de semana, porque quem trabalha em hospital fim de semana, eu vou ser sincera, não tem ônibus para voltar para casa. Eu, no fim de semana, quando vou trabalhar, eu tenho que ir lá na Edgar e pegar qualquer um que vai, e é bem longe, dá uns 10 minutos de caminhada dali, e, para voltar para casa, eu tenho que fazer o mesmo itinerário, porque nós não temos nem Restinga–

Glória nem Costa Gama para suprir as nossas necessidades de trabalho, e nós gostaríamos que isso fosse melhorado para nós, porque as pessoas precisam trabalhar; aqui todo mundo é trabalhador, todo mundo precisa trabalhar, e nós dependemos da condução pública. Então, por gentileza, eu gostaria já de reivindicar isso da parte da EPTC, e já agradeço, da parte de vocês, o empenho em nos ajudar. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Mais alguém da Costa Gama que queira falar? (Pausa.)

SR. RUBEM PACHECO: Eu nem sei para que, porque a alimentação ali deveria vir direto no centro; se quisesse vir, passava ali como o Restinga–Glória, até o terminal ali; até o terminal da Azenha. Poderia ir direto para o centro, se quisesse, passasse ali para lá, e de lá para cá é a mesma coisa. Recém agora conseguiram botar um lotação lá para nós; isso aí não é de agora, isso aí faz 10 anos ou mais que aumentou o número de pessoas, que o pessoal está falando aí, e cada vez piora; nunca vi tirarem os ônibus, nunca vi lugar igual aquele ali, não tem ônibus para ir trabalhar, para as pessoas que trabalham o dia todo, é um sufoco, final de semana então nem se fala, como aquela senhora falou aqui.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Bom, está constatado que nós temos um problema. Pessoal, vamos focar aqui para podermos encerrar a reunião. Foi constatado que a Costa da Gama tem vários problemas, e o pessoal está no limite. (Palmas.) Então se a EPTC, acho que a questão do transporte coletivo, a Prefeitura, pelo terceiro ano consecutivo, segurou a passagem a R\$ 4,80, junto com a base, um aporte de mais de R\$ 120 milhões da Prefeitura. Então a gente não pode pecar no detalhe. Gostaria que a EPTC fosse bem sensível a essa questão da Costa Gama e desce um prazo para nós, para resolver, mas sem gerúndio: “Oh, em tal data vai ser resolvido”, porque aumentou realmente a demanda. A sabe que, em virtude da pandemia, diminuiu o fluxo de passageiros, mas retomou de um jeito *sui generis*. Nós precisamos

que a EPTC coloque o Restinga direto para o centro; é um pedido do pessoal lá né. (Palmas.)

O representante do Ministério Público se faz presente? (Pausa.) O Ministério Público não veio? (Pausa.) Que conste na ata então. Foi chamado e não veio. Vou passar a palavra para o representante da Procuradoria-Geral do Município, para fazer as suas considerações.

SR. RICARDO CIOCCARI TIMM: Boa tarde aos vereadores, aos moradores da região, aos meus colegas do Executivo; eu estou aqui representando a Procuradoria, a pedido Dr. Roberto, não tenho nada a acrescentar além do que os colegas aqui que estão representando as secretarias disseram; quero deixar claro que a procuradoria participa do processo de regularização fundiária junto à secretaria, através da PARF, que muitos aqui conhecem, cuja chefe, por muito tempo, foi a Dra. Simone, realizando um trabalho inclusive precursor e pioneiro no Brasil. Estamos à disposição, enfim, para as demandas da comissão que se apresentarem.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Obrigado ao procurador. Bom, só para não ficar uma reunião Plunct, Plact, Zuum – não chega a lugar nenhum, vamos estipular prazos para que as coisas possam acontecer, para que fique registrado aqui. Então qual o prazo que, por exemplo, secretário André, que a Prefeitura pode dar para a gente, para constar na ata, para fazer uma nova reunião, porque vai ter uma nova reunião, ou de agradecimento ou de cobrança. Então dá uma ideia para nós, o senhor que tem mais experiencia.

SR. ANDRÉ FLORES: Vereador, demais membros da comunidade, vereadores, meus colegas de governo; acredito que estando regularizada e estando em condições de contratar, acredito que em no máximo 90 dias a gente esteja já com o edital na rua para fazer a contratação dos projetos. Então não podemos confundir projeto com execução, para que a gente possa então... Hoje, quando a gente conversa sobre isso, a gente especula muito... O Darcy estava falando,

tem três sugestões; nós especulamos muitas soluções, mas, para que a gente saiba quais são as soluções, nós precisamos ter um projeto completo e definitivo, e a nossa expectativa é que estando pronta a regularização, podendo contratar, em 90 dias fazer a contratação do projeto definitivo lá para aquele loteamento.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Com relação à EPTC; pode nos dar um prazo para solucionar...

SRA. MARIA CRISTINA MOLINA LADEIRA: O estudo, com certeza, em 30 dias a gente apresenta, mas não é uma promessa de que a gente vai levar a linha Restinga–Glória até o centro, porque a gente trabalha o transporte como uma rede. A gente vai verificar as condições do transporte na região, a gente já está trabalhando nas comunidades, na retomada dos horários nos fins de semanas, principalmente no sábado, porque de acordo com a pandemia não teve mais atendimento, e nós estamos retomando gradativamente. Então nós temos uma situação hoje que nós estamos operando temporariamente as linhas da companhia Carris, onde a gente está com frota e tripulação para atendimento, e a gente já começa agora a devolver novamente as linhas para a Carris, e temos possibilidade de melhorar o serviço com o sistema privado. Então, em 30 dias, a gente apresenta a solução. Se a gente tiver a condição, principalmente da alimentadora, que eu não dependo disso no fim de semana, se a gente já puder está implementando, com certeza, a gente fará esse incremento.

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SRA. MARIA CRISTINA MOLINA LADEIRA: Então; nós vamos apresentar o estudo para vocês.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Então que fique registrado que a EPTC vai solucionar, encaminhar uma proposta em 30 dias.

SRA. MARIA CRISTINA MOLINA LADEIRA: Exatamente.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): E a secretaria de obras em 90 dias. Então é 30 dias para aprovar a regularização e mais 90 dias para a secretaria de obras; 120 dias. Vamos trabalhar com um prazo profissional, para funcionar, não vamos botar para sonhar. Então 120 dias; 30 para o estudo, para terminar a regularização, e 90 para a questão do início das obras..

SR. ANDRÉ FLORES: Não; é para licitação da elaboração dos projetos.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Vou passar a palavra para o Jader, da Costa Gama.

SR. JADER PORTO: *O.k.*, gente, tem bastante prazo, tem bastante tempo, dos 40 que a gente está esperando, mas a gente precisa de paliativos. Vai entrar o inverno agora, eu preciso que o senhor dê uma atenção na Rua Sete Povos; eu preciso que o senhor se comprometa comigo com relação a isso, tem que dar uma atenção à Sete Povos, porque tem gente que vai perder a casa, se chover, tipo, uma semana, vai perder a casa.

Já foi conversado, na outra reunião, do rebaixamento de 140 metros da Rua Omar Pereira, rebaixando esses 140 metros a gente já consegue, pelo menos, sair da água, e a gente espera o tempo que tiver que esperar, mas esses paliativos têm que acontecer. Eu preciso desses esgotos nessa região que eu vou pontuar para vocês, que é a continuação da Sete Povos; eu preciso de 40 metros de esgoto misto, o esgoto que vocês botam misto, já tem uma rede pronta, é só fazer a ligação para não ficar o esgoto a céu aberto, não tem condições, a gente está vivendo no meio da dengue, a gente precisa de 40 metros desse esgoto acima do número 303 ao 452 – são 40 metros – e o rebaixamento da via, são essas três coisas, eu vim com esse intuito. Na Sete Povos tem que continuar o encanamento, são mais três canos, são mais três caixas, tem que dar uma atenção para a Sete Povos, vai cair uma criança

naqueles bueiros, com certeza, eu preciso do rebaixamento de 140 metros e da canalização de um esgoto misto do número 303 até o 452 na Omar Pereira – essas três coisas eu preciso.

SR. DARCY SANTOS: Vamos lá. Rebaixamento de via é com a Secretaria de Serviços Urbanos – SMSUrb, não respondo por isso. Essas outras soluções que tu estás falando, o pessoal esteve lá, olhou e não viu muita efetividade nisso. A pergunta é: vou lá, vou fazer o que tu estás sugerindo; aí não funciona, como fica? É por isso que eu digo que tem que ter projeto. Fico falando, fico batendo nisso, entende? Parece não querer fazer, falta de vontade, mas não é isso, entendeu? Fazer cano em lugar que não tem pavimento, é para o cano encher de terra.

SR. JADER PORTO: Darcy, foram vários vereadores lá, e o DMAE bota, tanto que está cheio de canos lá e não foi a população que colocou. Vai um vereador lá e fala: “Bota...” Tanto que há 45 dias teve um vereador lá e pediu para colocar uma canalização que ficou só para fazer um *marketing* na comunidade, não resolveu nada. Existe um problema na Rua Sete Povos que tem que ser resolvida; o rebaixamento da rua tem que ser resolvido. Antigamente, ouvindo a história da comunidade, eu ouvi muito morador falar que as casas eram altas.

SR. DARCY SANTOS: Sim, foram enchendo a rua e as casas ficaram baixas.

SR. JADER PORTO: Quando colocaram aquela casquinha de asfalto lá, eu presenciei seis caminhões de saibro, a Secretaria colocou lá seis caminhões de saibro na Omar Pereira. Eu sou leigo, mas pela história que eu escuto do pessoal, tu não vais cavar um metro e já vai dar de cara com barro. Todas aquelas casas ali eram altas, todas elas eram altas.

SR. DARCY SANTOS: Vou me comprometer contigo: vou lá sexta-feira de manhã, vou levar a Equipe de Conservação que atua na região e nós vamos

decidir se a gente entende que tem viabilidade ou não, mas não só de fazer, e sim de funcionar. Sexta-feira de manhã vou estar lá às 9h. Não vou me comprometer com serviço, com obra, com encanamento, com nada disso, vou me comprometer de ir lá, O.k? Tranquilo?

SR. DILTON MARTINS: Aproveitando que vai ter essa visita do diretor Darcy lá na região, a questão do rebaixamento, como ele falou, é atribuição da SMSUrb, fazer o trabalho na via, então a gente vai junto, vou levar o engenheiro Moreau para acompanhar, para verificar o que é possível fazer, até para não acontecer de se fazer um rebaixamento lá e daqui a pouco expor a rede...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DILTON MARTINS: Exatamente.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Registro a presença do Ver. Conselheiro Marcelo, que estava *on-line*, agora está presencial.

Vou passar a palavra para mais um integrante da comunidade para se posicionar.

SR. KLEBER FABRÍCIO DOS SANTOS ALVES: Estou há oito anos ali; na época em que eu fiz a minha casa, ela ficou a 70 centímetros do nível da rua, ficou alta. Hoje a água da rua já está subindo mais de meia calçada. Eles ficaram só colocando terra, só colocando terra, e quando eu fui cavar para fazer a ligação da minha fossa para o esgoto, eu cavei quase dois metros. Então eu digo: material tem para tirar à vontade, tem muito material. Eu sei que vocês são técnicos, mas às vezes a teoria é diferente da prática, é bem diferente, entendeu? Vocês fazem um estudo; a gente está vivendo. Tem como tirar, o pessoal só vai colocando, aquele paliativo que fizeram com aquele meio asfalto foi a pior coisa, por quê? Porque vai a máquina lá, o que o maquinista diz: “Eu não vou raspar, não vou passar porque estraga lâmina”. Não adianta nada, foi a

pior coisa, aí estão lá as crateras, e a máquina não passa porque não quer estragar lâmina – foi que ele falou. Tem como, estou dizendo na prática, teoria é bem diferente. Como eu falei: se olhar qualquer casa ali, se tu baixares tem como ajeitar direitinho. O esgoto cloacal que a gente tem é do lado da minha casa, no meu portão. No verão chega levantar o odor de seco; na entrada da rua tem uma galeria, eu e o Jader fomos lá, nós abrimos a galeria, tem mais ou menos uns três metros de fundura: seca! Na entrada da rua, uma tampa do DMAE, três metros de fundura, está seca.

SR. JADER PORTO: Três metros de fundura tem a galeria de esgoto dentro da rua... Eu tive uma reunião com o Ministério Público e o pessoal do DMAE falou que era mentira minha, que não tinha, que essa caixa de esgoto estava dentro da Costa Gama. Aí sabem o que o desembargador fez? Pediu para um oficial de justiça ir lá, eu e o Antunes, com uma picareta, abrimos aquela caixa e ele tirou foto, temos até foto dessa caixa.

SR. KLEBER FABRÍCIO DOS SANTOS ALVES: E foi falado também, outra vez, que não podiam mexer, rebaixar a rua, porque a caixa de esgoto era mais alta. Então, tipo, é só rebaixar a entrada da rua, que é a caixa, para poder fazer o rebaixamento da rua. O esgoto cloacal funciona – tem algumas casas lá para cima que ainda não estão ligadas no esgoto –, o esgoto suporta todas as casas, lá na Rua do Stringhini ele suporta, mas por que ele regurgita? Porque é o esgoto e mais a água da chuva. No momento em que a água da chuva for destinada para a outra galeria, o esgoto funciona, acabou o problema, não precisa muita teoria.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Só para deixar registrado, estamos chegando ao final, vou passar a palavra ao Ver. Marcelo daqui a um pouquinho, nós fizemos uma ampla reunião com a participação da Procuradoria-Geral do Município, da EPTC, da SMSUrb, da SMOI, do DMAE, do DEMHAB. O pessoal da comunidade Costa Gama teve acesso à fala, foi bem apresentado,

foi ouvido aqui. A ReUrbane também participou. E nós fizemos alguns encaminhamentos, que a EPTC, em 30 dias, vai dar a resposta para a questão de colocar o Restinga direto para o centro. São 30 dias para o projeto, e em 90 dias o secretário de Obras vai encaminhar a questão do contrato, são 120 dias. Temos a presença do Maricato, subprefeito da região, assumiu há pouco tempo, está se inteirando de toda a situação. Enfim, foi uma reunião produtiva, não é aquela reunião para inglês ver, realmente estamos encaminhando. A duas secretarias se comprometeram de, na sexta-feira, visitar vocês lá, para realmente dar uma solução, se não for definitivo, mas uma solução efetiva. Então, a reunião foi muito produtiva. Quero avisar que a comissão técnica estará na região amanhã. Vou passar a palavra para o Ver. Conselheiro Marcelo.

SR. JADER PORTO: Só minutinho, eu quero dizer que eu estou em contato com o pessoal da comissão, e vou recebê-los lá amanhã, com *coffee break*, tudo certinho, vou andar com eles no bairro, está, doutor? E a ReUrbane vai estar lá também.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde a todos e a todas. Muito obrigado, meu vice-presidente, quero agradecer o Ver. Prof. Alex também, os demais que estavam aqui presentes. Nós temos essa praticidade aqui, eu sou o Ver. Conselheiro Marcelo, quando é uma pauta de algum vereador da comissão, temos essa liberdade, legitimidade aqui para dar melhor qualidade até, conforme na última reunião. E o Bobadra. Com certeza, conduziu de uma forma muito boa, as secretarias aqui também, a Prefeitura, agradeço a presença de todos. Na última reunião, infelizmente, nós tivemos de adiar devido à falta desses atores importantes para que a gente pudesse ter esses encaminhamentos. A CEDECONDH tem esse fundamento, nós não estamos aqui para legislar para nós, nós estamos aqui para trabalhar para vocês – essa é nossa intenção. Nós temos diversos partidos aqui, mas o nosso partido são vocês, é nós fazermos o que for melhor para a população da cidade de Porto Alegre. Maricato, seja bem-vindo também, uma grande aquisição para o bairro

lá, com certeza, vai fazer um grande trabalho, juntamente com a comunidade, lá tem entendimento, tem essa questão de ter conhecimento de comunidade. Então, parabéns, vim de uma comunidade também da Vila Farrapos, Humaitá, Navegantes, Ilhas ali, eu fico muito feliz quando a comunidade se faz presente nesta comissão, porque essa comissão é isso, de direitos humanos, comissão do direito do consumidor e também segurança urbana, então é isso. Nós estamos aqui para atender vocês, para fazer o que está sendo feito hoje. Pelo o que estou presenciando aqui, está sendo da melhor forma conduzida e saíram daqui todos os encaminhamentos, totalmente diferente da última reunião que nós tivemos. Se precisar, teremos mais outras reuniões até a gente conseguir fazer com que a comunidade de vocês tenha o direito de vocês garantido, esse é o nosso papel aqui, enquanto comissão da CEDECONDH, que é uma das comissões mais importante desta Casa. Certo? Vou passar os trabalhos aqui, novamente, para o colega Bobadra.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): Eu vou deixar claro para vocês também que vocês notam, às vezes, que no plenário temos um debate ideológico, mas quando chega aqui, na comissão, não tem essa de partido, nosso partido é o 1,5 milhão de pessoas que moram em Porto Alegre, então tanto o Alex Fraga, o Pedro Ruas, o Alvoní Medina, eu que fui presidente da comissão no primeiro ano, fui vice-presidente no segundo e terceiro, o Cassiá que foi presidente no segundo ano, o Conselheiro Marcelo que é o atual presidente, não tem partido aqui, a gente está pensando na cidade. Então, procurem os vereadores, conversem conosco, a gente está aqui, realmente, para ajudar. Eu encaminhei uma emenda impositiva de R\$ 100 mil lá para a Costa Gama. Esperamos que, com o projeto da Secretaria de Obras, a gente possa efetivar, R\$ 100 mil não resolve, mas ajuda muito nas questões. São poucos vereadores que mandaram esse valor. Quero deixar registrada aqui a nossa consideração, o nosso carinho por vocês. A gente sabe que vocês têm muitos problemas, é a questão do posto de saúde, que é longe para vocês lá, é questão da Restinga/Glória que não está indo para o centro, é a questão da ajuda da

EPTC, em parceria com a Secretaria de Obras, a SMSUrb, a Procuradoria-Geral do Município para que possam rebaixar a rua ou não, asfaltar, botar para macrodrenar, são vários problemas. A gente sabe que vocês adquiriram os terrenos lá, são terceiros de boa-fé, vocês não são invasores, são proprietários. O senhor recebeu de vocês e não colocou infraestrutura, a Prefeitura acaba ficando com a responsabilidade de organizar isso aí, toda a expertise da nossa colega secretária, que está há muitos anos aí, enfim, todos os atores querem e estão ajudando de alguma forma. Então, saímos aqui com prazos estipulados, esperamos que os prazos sejam cumpridos e, se não o forem, chamaremos, de novo, uma reunião. Eu, pessoalmente, liguei para vários secretários, porque era a garantia de que essa reunião fosse importante, porque aqui nós, vereadores, muitos acham que a nossa responsabilidade é apresentar projeto de lei, mudar nome de rua, mas não, a nossa finalidade é representar o povo de Porto Alegre, fiscalizar a Guarda Municipal, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Educação, as obras, e realmente a gente tem feito isso. Eu vejo que, quando eu venho para as comissões, os vereadores se despedem da questão ideológica, até brinquei contigo “todos e a todas”, não é? É boa tarde a todos, não todos e a todas, eu brinco contigo, dizendo que isso é coisa de PT. Mas a gente está pensando em vocês. Então, durante muitos anos, a nossa Prefeitura foi administrada por um partido “x”, depois, partido “y”, partido “z”, mas o importante são vocês, não tem que ter disputa política na hora de organizar as coisas para quem mais precisa, que são as pessoas da comunidade. Então, vocês tiveram bastante fala aqui, está tudo registrado nas notas taquigráficas, que terão acesso. Eu acho que a reunião foi muito boa, não foi uma reunião “plunct, plact zum, não chega a lugar nenhum”. Foi uma reunião produtiva, com prazos estipulados, esperamos cumprir os prazos. Quero agradecer, declaro encerrada a reunião. Eu peço a vocês uma salva de palmas, que Porto Alegre não pode parar. (Palmas.)

SR. JADER PORTO: Tem mais um projeto de lei aí que o pessoal do Bobadra está fazendo, do nome das ruas, vai ter CEP. Eu fiz, junto com o Gilnei, que é

um dos secretários do vereador, o projeto de lei para botar os CEPs em ordem lá na região.

PRESIDENTE ALEXANDRE BOBADRA (PL): A gente quer prestigiar os moradores da região, colocando os nomes das ruas dos ancestrais e dos moradores da região. Um abraço a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 15h52min.)

TEXTO SEM REVISÃO